

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
AVM FACULDADE INTEGRADA**

**A IMPORTÂNCIA DA DOCÊNCIA DE LIBRAS NO ENSINO
SUPERIOR**

Por: Romulo Coelho Fernandes

**Orientadora
Prof^a. Mônica Melo**

**Rio de Janeiro
2011**

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
AVM FACULDADE INTEGRADA**

**A IMPORTÂNCIA DA DOCÊNCIA DE LIBRAS NO ENSINO
SUPERIOR**

Apresentação de monografia à AVM Faculdade Integrada como requisito parcial para obtenção do grau de especialista em Docência do Ensino Superior.

Por: Romulo Coelho Fernandes

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, à minha família e amigos pelo apoio, assim como a todos os professores do Instituto A Vez do Mestre, pela dedicação e contribuição à minha vida acadêmica. Agradeço igualmente aos meus colegas de turma, pelo tempo de companheirismo e amizade. Dedico um especial agradecimento ao meu colega de pesquisa Carlos Hilton pela atenção e amizade verdadeira, assim como a todos os professores da Faculdade CCAA pela influência positiva em minha vida acadêmica e pessoal, e, principalmente, à minha mãe Sueli pelo apoio sentimental mais puro de todos.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha amada amiga e esposa Paloma, pela dedicação, amor, carinho e companhia em todos os momentos da minha vida, sejam estes difíceis ou felizes.

O pior pecado contra nosso semelhante não é o de odiá-los, mas de ser indiferente para com eles.

(Bernard Shaw)

RESUMO

Graças aos avanços dos estudos culturais e linguísticos sobre o Surdo, este passa a ser enxergado não mais como um deficiente, e sim como um integrante de uma comunidade linguística minoritária e constituinte de uma Cultura diferenciada. Essas diferenças linguísticas e culturais influenciaram várias áreas da vida do Surdo por toda sua história, e continuam a influenciar até os dias de hoje, como sua educação, seu acesso aos direitos e à cidadania, assim como sua vida em sociedade, de modo geral. O objetivo deste trabalho é demonstrar como a língua de sinais, a Cultura Surda e as características visuais do Surdo estão fortemente vinculadas ao ensino da língua visual destes no Ensino Superior e à preparação de diversos tipos de profissionais aptos em tal língua e cientes das diferenças dos Surdos. Para tanto, buscaremos o suporte teórico e científico de estudiosos sobre o assunto, como Oliver Sacks, Nídia Regina Limeira de Sá, entre outros.

Palavras-chave: Surdo, língua de sinais, cultura, Educação Superior

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo deste trabalho, trabalhamos pontos vitais da vida do Surdo, como a língua de sinais, a Cultura Surda, sua identidade, educação e história, como forma de entender melhor suas diferenças, demonstrando como tais pontos estão fortemente interligados.

Este estudo busca, então, relacionar a docência da Língua Sinais Brasileira – LIBRAS – no Ensino Superior e a formação de profissionais de diversas áreas aptos a se comunicar e a trabalhar com Surdos no contexto brasileiro com os pontos do mundo do Surdo citados acima.

Alguns autores, renomados na pesquisa cultural sobre os Surdos, foram consultados para o apropriado embasamento teórico e científico deste presente trabalho, como Oliver Sacks, Nídia Regina Limeira de Sá e Edmarcius Carvalho Novaes.

Esperamos que, ao término deste trabalho, tenha sido possível ter esclarecido possíveis questões sobre o mundo Surdo, assim como a importância da docência de Libras no Ensino Superior e formação de profissionais aptos a trabalhar com Surdos. Objetivamos ainda colaborar com futuras pesquisas nos âmbitos lingüísticos e culturais acerca dos Surdos e sua educação, para que, com isso, possamos minimizar a incompreensão da sociedade sobre as diferenças dos Surdos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
REFLEXÕES SOBRE O SURDO: LÍNGUA, IDENTIDADE E CULTURA.....	11
CAPÍTULO II	
O CONTEXTO EDUCACIONAL DAS LÍNGUAS DE SINAIS: EVOLUÇÃO HISTÓRICA	21
CAPÍTULO III	
A DOCÊNCIA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL CONTEMPORÂNEO	32
CONCLUSÃO	47
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	50
BIBLIOGRAFIA CITADA	51
WEBGRAFIA	52
ÍNDICE	53

INTRODUÇÃO

O presente trabalho será iniciado dando voz ao neurologista britânico, profundo estudioso dos Surdos e autor do famoso livro *Vendo vozes – uma viagem ao mundo dos surdos*, Oliver Sacks (1998, p. 15), quando diz: “Somos notavelmente ignorantes a respeito da surdez [...]”. Essa ignorância (e talvez indiferença) gera conceitos e discursos errôneos da sociedade ouvinte sobre o Surdo.

Esses conceitos e discursos equivocados da sociedade ouvinte sobre o Surdo acarretam graves conseqüências para o próprio Surdo, como uma desvalorização de sua língua e Cultura e uma metodologia de ensino que não respeita as características do aluno Surdo. Sendo assim, há a necessidade de questionar e confrontar os discursos e as práticas discursivas produzidas pela sociedade sobre o Surdo, que desvalorizam sua língua, Cultura e educação.

É necessário compreender o Surdo conforme os estudos culturais e lingüísticos da área da surdez, ou seja, um *ser visual*, com suas diferenças lingüísticas e culturais. Sendo assim, o Surdo não será enxergado, neste trabalho, como um deficiente ou inferior, e sim como integrante de uma comunidade lingüística minoritária e representante de uma cultura diferenciada.

Este trabalho, então, será elaborado com o objetivo de tentar esclarecer alguns pontos de vital importância para os Surdos, como sua língua, identidade, Cultura, educação e história, assim como a relação entre estes com o ensino da língua de sinais no Ensino Superior. Além disso, procurará compreender a escassez de profissionais qualificados em trabalhar com Surdos na sociedade do Brasil contemporâneo.

A partir do que foi dito, algumas questões virão à tona: A língua de sinais é plena, podendo ser utilizada para transmitir os pensamentos mais profundos e abstratos do Surdo, assim como seus anseios, desejos e emoções? Qual a relação desta língua com a Cultura Surda e, conseqüentemente, com sua educação? Qual a influência das diferenças do Surdo e sua história no ensino de sua língua no Ensino Superior, assim como a preparação de diversos tipos de profissionais habilitados a trabalhar com (e para) os Surdos?

Tais questões serão abordadas durante o desenvolvimento deste trabalho com o respaldo teórico e científico de importantes estudiosos do assunto, como o já citado Oliver Sacks, a Dra. Nídia Regina Limeira de Sá e Edmarcius Novaes, entre outros, como forma de embasar a visão deste estudo.

Esperamos, desse modo, colaborar para com os estudos culturais dos Surdos e com estudantes e interessados na área da língua, Cultura e educação de Surdos.

É válido ressaltar que o Capítulo 1 e parte do Capítulo 2 deste trabalho serão embasados em um estudo realizado anteriormente por Fernandes, intitulado *Libras e Arte: Uma Fusão Cultural*, de 2010.

CAPÍTULO I

QUESTÕES E REFLEXÕES SOBRE O SURDO: LÍNGUA, IDENTIDADE E CULTURA

Para uma melhor compreensão sobre o tema deste trabalho – a docência de LIBRAS no Ensino Superior – é necessário um estudo (mesmo que breve) sobre o Surdo. Neste contexto, será usado “Surdo”, com letra maiúscula, como referência ao indivíduo ciente de sua diferença, usuário da língua de sinais como sua língua natural, incluso na cultura Surda; ou seja, com uma identidade Surda (SACKS, 1998). Alguns pontos são extremamente essenciais e delicados sobre o mundo Surdo e, até hoje, graças a um certo desconhecimento sobre o assunto, a sociedade ouvinte produz práticas discursivas (tanto no senso comum quanto em ações governamentais) de ignorância e preconceito. Devemos considerar o ouvinte como o indivíduo que não compartilha das mesmas experiências visuais do Surdo, assim como não é usuário da língua de sinais como língua materna e natural, e sim de uma língua oralizada, seqüencial e linear. (SACKS, 1998). É necessário frisar que, apesar de serem abordados separadamente, estão intrinsecamente interligados, sendo até mesmo complementares.

Neste capítulo, serão abordados três temas de extrema importância: a língua de sinais, a identidade Surda e a Cultura Surda, visando sempre a desmistificar os conceitos pré-concebidos que regem os discursos sociais e educacionais.

1.1 – A Língua de Sinais e a Construção da Identidade Surda

Apesar do progresso dos estudos lingüísticos sobre a língua de sinais nos últimos tempos (datam da década de 60 os primeiros estudos de William

Stokoe, um dos precursores no assunto), ainda proliferam discursos sociais pondo em dúvida a integridade e a competência da língua de sinais em sua totalidade como *língua*: É uma língua completa? É mímica? É a tradução gestual de uma língua oral? É possível, por meio desta, uma completa competência lingüística e individual, gerando pensamentos complexos, profundos e abstratos? É pior ou inferior à língua oral? Foi criada como a última saída dos Surdos (uma espécie de “válvula de escape”) para o estabelecimento de comunicação entre seus pares?

Para compreender (ou responder a) tais perguntas é necessária uma abordagem que considere a importância da linguagem para o amadurecimento cognitivo, emocional e psicológico do indivíduo, assim como a formação de sua identidade e subjetividade.

Na sua obra intitulada *Vendo vozes – Uma viagem ao mundo dos surdos*, Oliver Sacks (1998) faz um profundo estudo sobre o Surdo, a linguagem e sua aquisição. Segundo o autor,

Vygotsky nunca esquece que a linguagem tem sempre, e ao mesmo tempo, função social e intelectual, e também não se esquece nem por um momento da relação entre intelecto e afeto, de que toda comunicação, todo pensamento, é também emocional. (p. 75)

Sendo assim, a linguagem não é meramente um meio de comunicação, mas algo muito além disso. É pelo processo de aquisição e uso da língua que o indivíduo irá desenvolver e amadurecer seu intelecto, seus sentimentos e sua cognição. Sem a aquisição da linguagem “um ser humano (...) está gravemente restrito no alcance de seus pensamentos, confinado, de fato, a um mundo imediato, pequeno.” (SACKS; 1998, p. 52). Sem uma língua, o indivíduo limita seu pensamento a algo concreto, prendendo-se ao presente, ao momento, não desenvolvendo a fala interna, sendo esta um diálogo dirigido ao próprio sujeito, e não a um interlocutor externo. Essa fala se desenvolve a partir das

estruturas de fala, que a criança já domina, que se tornam a estrutura básica do seu pensamento. É por meio desta que construímos nossa identidade e subjetividade, nossos conceitos e significados sobre o mundo ao nosso redor, a realidade que nos cerca, a vida, os outros e até nós mesmos. E concordo com Sacks quando diz que “a fala interna (ou sinais internos) dos surdos pode ser muito característica.” (SACKS; 1998, p.85).

Mas qual seria essa característica, essa peculiaridade da fala interna dos Surdos? Para compreender essa particularidade, é preciso entender como o cérebro funciona perante uma língua e como processa seu uso, e principalmente como se dá este processo em relação à língua de sinais.

O hemisfério esquerdo do cérebro trabalha com tarefas analíticas, incluindo a análise léxica e gramatical, essencial para o entendimento de uma língua, enquanto que o direito é responsável por percepções sincrônicas (não – seqüenciais), como o mundo visual e espacial (SACKS, 1998, p. 104). Ora, conforme estudos lingüísticos, a língua de sinais é espaço – visual, utilizando o sensorial / visual para seu estabelecimento. A língua de sinais é uma língua visuo–espacial, ou seja, utiliza do sentido visual e do campo espacial como meios de recepção e transmissão de mensagens, além de ter as expressões corporais e faciais como formas constituintes de sua estrutura. (Sacks, 1998). Assim,

(...) o hemisfério esquerdo do cérebro é essencial para a língua de sinais, tanto quanto para a fala, e que a língua de sinais usa algumas das mesmas vias neurais que são necessárias ao processamento da fala gramatical – mas, em adição, algumas vias normalmente associadas ao processamento visual. (SACKS; 1998, p. 105).

O autor confirma seus estudos através de pesquisas com Surdos com lesões cerebrais. Os Surdos que tiveram o hemisfério esquerdo lesionado tornaram-se afásicos (ou seja, perderam a faculdade de transmissão e

compreensão da linguagem, causada por lesão no sistema nervoso central), mas mantiveram capacidades visuais – espaciais não lingüísticas (gesticulações como cumprimentar levantando sobrancelhas, dar de ombros, etc.), enquanto que os Surdos com lesões no hemisfério direito apresentaram desorganização visual, porém continuaram a utilizar a língua de sinais (obviamente com déficits visual – espacial) (SACKS, 1998, p. 106).

Com as pesquisas, conclui-se que o hemisfério esquerdo do cérebro de um Surdo “adota” o mundo visual do hemisfério direito, como forma constituinte de uma língua – a de sinais. A consequência disso é a conclusão de que a língua de sinais não é puramente mímica ou uma forma gestual de uma língua oral, e sim uma língua completa e independente. Diz Sacks:

Num nível neurológico (...) a língua de sinais é uma língua e é tratada como tal pelo cérebro, apesar de ser visual em vez de auditiva e espacial em vez de seqüencialmente organizada. E, sendo uma língua, ela é processada pelo hemisfério cerebral esquerdo, o qual é biologicamente especializado exatamente para essa função. (1998, p. 107).

Entende-se, também, que, se a língua de sinais é visual (e processada deste modo pelo cérebro), e a linguagem, sua aquisição e uso desenvolvem e amadurecem o fator cognitivo, mental e sentimental do indivíduo, o Surdo possui uma forte particularidade: a fala interna visual. Seus conceitos e significados do mundo / realidade que o cercam são visuais e trespassam por uma experiência de vida visual. Essa vivência gera “não apenas a linguagem visual, mas também uma especial sensibilidade e inteligência visual.” (SACKS; 1998, p. 118).

Sendo visuais as experiências, a inteligência e até mesmo a fala interna, nada mais compreensível do que entender (e aceitar) que a língua de sinais é a natural para os Surdos.

A língua de sinais é a língua natural da comunidade surda. Esta língua, com regras morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias, possibilita o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda, favorecendo o acesso desta aos conceitos e aos conhecimentos existentes na sociedade.(KOJIMA; 2008, p. 4)

Por ser a língua natural dos Surdos é que estes irão expressar, através desta, seus pensamentos mais profundos, abstratos, seus anseios, desejos e emoções.

Segundo Sá (2006, p. 132), “as línguas de sinais, portanto, não são melhores nem piores que as demais línguas: são diferentes.”. Sua diferença não se encontra apenas na parte funcional, mas também no seu processo histórico e social; é uma língua desenvolvida não apenas no intuito comunicativo, mas também como uma resposta à dominação cultural dos ouvintes. Segundo a autora, “a criança surda pode absorver não o modelo que a sociedade ouvinte tem para os surdos, mas o que os surdos têm a respeito de si mesmos.” (p. 128).

A diferença dos Surdos não se encontra apenas na língua, mas também na forma de maturação da cognição e, principalmente, da identidade. A questão da identidade do Surdo está intrinsecamente relacionada à sua diferença (em comparação com o ouvinte), pois “toda identidade é construída com o outro e a partir do outro.” (SÁ; 2006, p. 125). Compreende-se, então, neste trabalho, a identidade como um fator de interação social, ou seja, a identidade é construída a partir da interação e da diferença com o outro.

Conseqüentemente, é compreensível que a identidade do Surdo esteja fortemente ligada à sua diferença lingüística e cognitiva; ao seu diferencial no modo de aquisição de linguagem, da sua competência visual e até mesmo da sua inteligência e fala interna visuais.

Diz Ricardo, um Surdo entrevistado na obra *Surdez e Linguagem – Aspectos e implicações neurolinguísticas*: “A identidade surda é aceitar ser surdo. Se a pessoa não aceita ser surda, só, não tem identidade própria.” (SANTANA; 2006, p. 42). Entende-se, com isso, que a identidade Surda é construída através das diferenças e da aceitação, compreensão e respeito destas.

Segundo Sá (2006), as identidades Surdas são construídas a partir de confrontos discursivos e, através destes, o Surdo passa a narrar-se de uma forma particular, diferentemente da forma pelas quais são narrados pelos que não são Surdos, ou seja, pelos ouvintes. Esses confrontos discursivos produzem práticas discursivas em várias áreas do meio social e, assim, constroem (ou auxiliam a construir) a(s) identidade(s) Surda(s) (SÁ, 2006).

É compreensível, então, que os Surdos, com suas diferenças, suas identidades (baseadas em suas diferenças), seus próprios discursos sociais e autonarrações façam parte de uma cultura em particular: a cultura Surda.

1.2 – A Cultura Surda

Para dar início ao estudo da Cultura Surda, é necessário, primeiramente, conceituar Cultura. Neste trabalho, Cultura é compreendida como um conjunto de discursos, signos e símbolos que rege o comportamento e os costumes de um grupo para o convívio comunitário.

Sendo assim, entendo com Portilla (2010) que Cultura é:

[...] um conjunto de pautas de pensamento, emoção e conduta, aberto, complexo e em contínua construção, que um determinado grupo de indivíduos define como padrão para o comportamento e que lhe permite entender a realidade cotidiana e atuar adequadamente entre si. (p. 87)

As Culturas estão em constante construção (e reconstrução), tendo como ponto de partida os discursos e práticas discursivas exteriores, além da forma que os indivíduos constituintes dessas Culturas se narram. Com a Cultura Surda, não é diferente.

Mas, apesar disso, o conceito da existência de uma Cultura Surda ainda é visto sob um olhar cético. Esse olhar da sociedade, repleto de preconceito, é gerado por uma dificuldade em aceitar, compreender e respeitar a diferença. O que foge da “norma” e do “padrão” é quase sempre negado e excluído. Talvez isso seja fruto de uma visão distorcida da sociedade sobre o que é a surdez (que será grafada com letra minúscula quando houver referência à visão clínica – patológica sobre o Surdo, ou seja, deficiente, inferior, carente, etc.) (SACKS, 1998) e o que é *ser* Surdo.

O principal e mais recorrente discurso social sobre a surdez é que esta seja um fator clínico – patológico. Segundo Sá (2006),

Como o problema da surdez está localizado em um grupo individual, a taxonomia médica é reproduzida e assegurada, perpetuando interpretações da surdez como experiência de uma falta ou como incapacidade ou deficiência. (p. 111).

Tal prática discursiva gera visões simplórias e incorretas sobre a surdez. Isso torna o Surdo, segundo o senso comum, um “doente”, deficiente, lento, com problemas mentais, incapaz e inferior. Como conseqüências disso temos, por um lado, a cultura da “cura” e “normalização” do Surdo, podemos verificar isso em trabalhos fonoaudiológicos, implantes cocleares, etc., que tentam tornar o Surdo um ouvinte (que luta contra sua própria natureza) e, por outro lado, a cultura da pena, da infantilização, da paternidade e da caridade, que lida com o Surdo como se fosse um incapacitado ou deficiente (SÁ, 2006).

Tal situação cria uma “depreciação surda, submissão surda, passividade surda e até mesmo vergonha surda” (SACKS, 1998, p. 162). O Surdo passa a se enxergar deste modo, deficiente e inferior; passa a aceitar a visão que a sociedade ouvinte tem dele mesmo. O Surdo acaba se submetendo à tentativa de “normalização” do ouvinte.

Entretanto, tal visão começa a ser superada (aos poucos, pois o conceito clínico – patológico sobre a surdez ainda reina fortemente nos discursos sociais, educacionais e governamentais) graças aos recentes estudos culturais sobre os Surdos. Segundo Santana (2007),

[...] os surdos não são mais considerados deficientes, mas integrantes de uma “comunidade” própria que se identifica, pelo uso de uma língua comum. Eles acabam por inaugurar uma nova fase de luta pelo direito à diferença, que reflete também questões políticas, de poder e de inserção social. (p. 33)

Grças aos estudos culturais, o Surdo passa a ser analisado e compreendido sob uma nova óptica: a da diferença. Sabemos que o Surdo é diferente (e não inferior) nos fatores cognitivo, identitário, cultural e, principalmente, lingüístico. Ana Paula (2007) continua: “Dessa forma, a língua passa a ser considerada ou identificada como expressão de uma cultura específica.” (p. 33). Ou seja, a língua de sinais é o pilar central da comunidade (Cultura) Surda.

É pela aceitação da sua diferença e pela aquisição da língua de sinais que o Surdo irá imergir na Cultura Surda, pois, segundo Sacks (1998), a língua

[...] é gerada, e transmitida – culturalmente – de cima, uma viva e urgente incorporação da história, das visões de mundo, das imagens e paixões de um povo. A língua de sinais é para os

surdos (...) uma corporificação da identidade pessoal e cultural dessas pessoas. (p. 136 / 137)

É através da Cultura Surda que serão transmitidas sua língua, sua história, seus interesses e desejos. É entre seus pares que os Surdos “crescem com um forte senso de confiança e de identidade pessoal e cultural” (SACKS, p. 131). Assim, a “vergonha surda” transforma-se em “orgulho Surdo”, fazendo com que os Surdos criem (e trilhem juntos) caminhos que culminarão em uma consciência cultural e política, assim como uma compreensão do mundo e realidade, em uma construção da identidade e da subjetividade.

Diz Nídia Regina (2006) que são autoproduzidos

[...] significados a partir de informações intelectuais, artísticas, técnicas, éticas, jurídicas, estéticas, desenvolvendo, então, certa cultura; é a partir dessa autoprodução que surgem as culturas surdas. Quando as pessoas Surdas se conscientizam de que pertencem a uma comunidade / cultura diferente, [...] se fortalecem para oferecer resistência às imposições de outras comunidades / culturas dominantes. (p. 126)

Portanto, é inserido em uma cultura própria e particular (e tendo consciência dessa particularidade, dessa diferença) que o Surdo irá formular seu próprio discurso sobre si mesmo e sobre os outros; irá criar ferramentas para combater o controle e o monopólio do saber e do conhecimento que os ouvintes impõem; irá lutar pelos seus direitos sociais, culturais, lingüísticos, civis e, principalmente, pelo seu *direito de ser diferente*.

É necessária uma mudança mais radical de práticas discursivas sobre o Surdo e a surdez, pois “existe uma cultura surda que se diferencia da cultura dos ouvintes, por meio de valores, estilos, atitudes e práticas diferentes.” (SÁ, 2006, p. 113). Sendo assim, ser Surdo não é um problema clínico – patológico,

e sim um fator cultural. Há uma urgência de transferência de foco, que atualmente se encontra na negação, exclusão e tentativa de “padronização”, para um foco mais voltado para a valorização da diferença cultural, lingüística e cognitiva do surdo, que irá surtir efeitos mais positivos, construtivos e dignos para todos.

Entretanto, ainda há muito o que mudar, pois o discurso clínico ainda é muito forte, gerando uma visão distorcida e limitada (quicá errônea) sobre a surdez e o Surdo no âmbito social, governamental, legislativo e educacional.

CAPÍTULO II

O CONTEXTO EDUCACIONAL DAS LÍNGUAS DE SINAIS: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Vimos, através dos estudos de Sá, Sacks e outros estudiosos da Cultura e da língua dos Surdos, que o Surdo é um ser visual, com um fator cognitivo, uma inteligência, uma língua e experiências de vida visuais. Além disso, observamos como tais fatores influenciam sua identidade e cultura. Esses fatores são tão importantes quanto, ao observarmos a educação de Surdos e o ensino de sua língua de sinais.

A história social, educacional e cultural dos Surdos sempre foi bastante conturbada, graças a uma quase que completa incompreensão de suas diferenças, por parte dos ouvintes. Considerando o que foi dito, veremos agora o contexto educacional dos Surdos, desde os mais longínquos tempos até a atualidade.

2.1 – Das Raízes à Revolução Educacional do Abade De l' Epée

Há registros de que desde os tempos mais remotos da civilização humana, os Surdos sofreram tratamentos desumanos por parte da sociedade ouvinte. Segundo Sacks (1998, p. 23), os natissurdos “[...] foram julgados “estúpidos” por milhares de anos e considerados “incapazes” pela lei ignorante [...]”.

Se analisarmos a situação dos Surdos em épocas extremamente longínquas, o caso era de bastante crueldade e perversidade. Sabe-se que em Esparta (antiga Grécia), os natissurdos eram condenados à morte ao nascer, e que em Atenas havia uma lei que determinava a morte de deficientes físicos

(incluindo, obviamente, os Surdos) quando a cidade estava sitiada, para aumentar a chance de sobrevivência dos “perfeitos”. Na Índia antiga, as pessoas consideradas deficientes eram atiradas às águas do Rio Ganges, com suas bocas e narinas tapadas com a lama do rio sagrado (NOVAES, 2010). O próprio filósofo Platão recomendava que os defeituosos se unissem às defeituosas e que seus filhos não fossem criados. Como citou Novaes (p. 41): “[...] o Código de Manu (coleção de livros bramânicos), que regia um povo conhecido pela cultuação de seus antepassados, em seu art. 612, negava-lhes o direito sucessório, igualando eunucos, homens degredados, cegos, surdos de nascimento, loucos, [...]”.

Essas situações cruéis em que os Surdos eram submetidos perduraram até um passado relativamente recente, pois a situação destes até 1750 era “uma calamidade: incapazes de desenvolver a fala, e portanto ‘mudos’, incapazes de comunicar-se livremente até mesmo com seus pais e familiares, restritos a alguns sinais e gestos rudimentares, isolados [...] até mesmo da comunidade de pessoas com o mesmo problema, privados de alfabetização e instrução, de todo o conhecimento do mundo, forçados a fazer os trabalhos mais desprezíveis, vivendo sozinhos, muitas vezes à beira da miséria, considerados pela lei e pela sociedade como poucos mais do que imbecis – a sorte dos surdos era evidentemente medonha.” (SACKS, 1998, p. 27).

Este quadro começou a se modificar quando certo Abade francês, chamado De l’ Epée, se preocupou em aprender a língua de sinais nativa dos Surdos pobres que perambulavam por Paris. O intuito do Abade era simples: levar a palavra de Deus aos Surdos, pois ele “não podia tolerar a idéia de as almas dos surdos-mudos viverem e morrerem sem ser ouvidas em confissão, privados do Catecismo, das Escrituras, da Palavra de Deus [...]” (SACKS, 1998, p. 29). Assim, em meados do século XVIII, De l’ Epée descobriu que era possível estabelecer comunicação através de uma língua não oralizada e passou a perceber a língua de sinais como uma língua altamente rica e própria

de uma comunidade: a Surda. O Abade resolveu, então, ampliar seus ensinamentos para além do quesito religioso.

A escola de De l' Epée, fundada em 1755, foi, definitivamente, revolucionária no âmbito educacional de Surdos. O Abade recebeu auxílio financeiro público e treinou vários professores na língua de sinais para atender aos Surdos; e, na época da morte de De l' Epée (1789), estes já tinham fundado vinte e uma escolas para Surdos na França e em toda a Europa. Com o falecimento do Abade, o futuro de sua escola tornou-se incerto, porém, em 1791, esta se transformou na Instituição Nacional de Surdos-Mudos de Paris, dirigida por Sicard, um gramático que se interessou pela língua de sinais e rapidamente aderiu à metodologia educacional de De l' Epée. Com o sucesso destas escolas, era apenas uma questão de tempo até que a revolução educacional dos Surdos impulsionada pelo Abade ultrapassasse o oceano e alcançasse o novo continente (SACKS, 1998).

Em 1816, Laurent Clerc (aprendiz de Massieu, que por sua vez fora pupilo de Sicard) desembarcou nos Estados Unidos e rapidamente influenciou de forma extraordinária os educadores do país, que até então nunca tinham presenciado um Surdo com tamanha inteligência e escolaridade, e sequer tinham idéia do potencial lingüístico e educacional da língua de sinais. Assim, Clerc fundou, em 1817, juntamente com Thomas Gallaudet, o *American Asylum for the Deaf*, em Hartford. Diz Sacks (1998, p. 35): “Assim como Paris – professores, *philosophes* e público em geral – comoveu-se, espantou-se, converteu-se com De l' Epée na década de 1770, os Estados Unidos também se converteriam cinquenta anos mais tarde.”.

O sucesso da escola americana para Surdos de Clerc e Gallaudet foi imediato e grandioso e, rapidamente, levou à abertura de novas escolas por todo o país. Aonde quer que houvesse um público relativamente grande de Surdos, escolas voltadas para estes eram fundadas. E, com isso, o “aumento da alfabetização e educação entre os surdos foi tão espetacular nos Estados

Unidos quanto fora na França, e logo difundiu-se por outras partes do mundo.” (SACKS, 1998, p. 37).

No Brasil, o exemplo mais ilustre da influência de De l' Epée, da valorização cultural, lingüística e educacional dos Surdos e do sucesso das novas escolas para estes nesta época foi a fundação do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos). Segundo seu site (www.ines.gov.br, acessado em 02/10/11), o instituto foi inaugurado em 26 de setembro de 1857, durante o reinado de D. Pedro II, pelo professor francês Surdo Hernest Huet, com o apoio do Imperador. E, assim como no Brasil, o avanço educacional dos Surdos e a valorização de sua língua de sinais se deram em vários outros países e se espalharam pelo mundo inteiro.

Entretanto, os Surdos vivenciariam, no final do século XIX, um verdadeiro retrocesso e uma destruição de toda uma conquista lingüística, cultural e educacional realizada nos duzentos anos anteriores.

2.2 – O Congresso de Milão de 1880 e suas Consequências

Em meados do século XIX, se iniciou uma contracorrente oralista de professores e pais de Surdos, que valorizava a comunicação oral e que tinha, como meta, ensinar os Surdos a falar. Apesar da imensa fama da escola de De l' Epée e de sua metodologia de ensino através da língua de sinais que se espalhou pelo mundo, esta contracorrente oralista foi ganhando força através das décadas. Diz Sacks (1998, p. 38): “Na década de 1870, uma corrente que fora crescendo por décadas, alimentada, paradoxalmente, pelo imenso sucesso dos asilos de surdos-mudos e suas espetaculares demonstrações da educabilidade dos surdos, irrompeu e tentou eliminar o próprio instrumento do sucesso.”.

A maior preocupação dos oralistas era, e continua sendo até os dias de hoje, a “integração” dos Surdos com a sociedade majoritária, ou seja, os

ouvintes. Havia a crença de que a fala era o meio de comunicação para se alcançar esta interação e que a língua de sinais interferia negativamente para se alcançar isto.

Entretanto, Edward Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet, visitou, nos fins da década de 1860, quatorze escolas para Surdos em todo o mundo, que utilizavam a metodologia oralista na educação de seus alunos. O educador descobriu que era “uma tarefa que demandava dedicação, pois requeria, para que houvesse alguma esperança de êxito, muitos anos do mais intensivo e árduo treinamento, com um professor trabalhando com um só aluno, ao passo que De l’ Epée conseguia educar alunos às centenas.” (SACKS, 1998, p. 38). Gallaudet concluiu, assim, que o essencial da educação de Surdos não era a interação destes com os ouvintes, e sim a educação geral em si. E o meio para se alcançar tal educação era através da língua de sinais, natural dos Surdos. A busca da fala e da leitura labial iria tornar o aluno Surdo “analfabeto funcional que, na melhor das hipóteses, disporia de uma pobre imitação da fala [...]” (SACKS, p. 39).

Porém, apesar dos esforços de Edward Gallaudet, de muitos outros profissionais e dos próprios Surdos, os oralistas foram ganhando novos adeptos. O mais ilustre dentre tantos oralistas foi Alexander Graham Bell, que era marido e filho de Surdos e um gênio da tecnologia. Quando Bell apoiou a causa dos oralistas, foi apenas uma questão de tempo para a balança pender para o lado contrário dos Surdos.

O Congresso Internacional de Educadores de Surdos realizado em Milão, no ano de 1880, foi o momento mais crítico da história recente dos Surdos. Segundo Sacks (1998, p. 40), no Congresso, “[...] no qual os próprios professores surdos foram excluídos da votação, o oralismo saiu vencedor e o uso da língua de sinais nas escolas foi “oficialmente” abolido. Os alunos surdos foram proibidos de usar sua própria língua “natural” e, dali por diante, forçados a aprender, o melhor que pudessem, a (para eles) “artificial” língua falada.”.

Após este Congresso, todo o avanço lingüístico, cultural e educacional conquistado pelos Surdos foi praticamente destruído. A valorização da língua de sinais como língua natural dos Surdos e seu poder comunicativo e educacional, tão arduamente alcançado por De l' Epée, Thomas Gallaudet, Laurent Clerc e tantos outros, foi quase que aniquilado pelos “oralistas” e o Congresso de Milão de 1880.

Além disto, a Cultura Surda sofreu um trauma que, até os dias de hoje, está tentando superar. Por causa da desvalorização de sua língua, o Surdo não mais construía uma identidade Surda e não mais imergia em sua própria Cultura. Esta situação acabou aumentando ainda mais a lacuna cultural entre os Surdos e os ouvintes.

Assim, o que foi alcançado com muito trabalho em quase duzentos anos de luta, foi destruído pela incapacidade de compreensão das diferenças lingüísticas, culturais e educacionais dos Surdos, por parte da sociedade majoritária, pois, segundo Sá (2006, p. 92), “[...] a história da surdez é uma história de apropriação pelos ouvintes.”. Os Surdos, os únicos a sofrerem as conseqüências do resultado do Congresso de Milão de 1880, lutam desde então para a recuperação do tempo perdido.

O quadro apenas começou a se modificar a partir dos valorosos estudos lingüísticos de Stokoe, na década de 1960. Tais estudos e suas conseqüências para os Surdos serão abordados a seguir.

2.3 – Os Estudos Linguísticos de Stokoe e a Educação de Surdos na Atualidade

Após o Congresso de Milão de 1880 e seu resultado catastrófico – a proibição da língua de sinais e a imposição do oralismo e da fala aos Surdos –, o interesse de pesquisadores, acadêmicos, teóricos e estudiosos sobre a

língua dos Surdos foi praticamente anulado. O status da língua de sinais como língua completa e natural dos Surdos foi aniquilado graças aos esforços dos oralistas. Esse desinteresse por parte dos estudiosos e este descrédito da língua de sinais perdurou até a segunda metade do século XX.

A situação dos Surdos, de sua língua e Cultura começou a mudar quando, em 1955, William Stokoe, um renomado linguista e gramático da época, chegou ao Gallaudet College, em Washington, nos Estados Unidos. Ao entrar em contato com os alunos Surdos do instituto e com a língua visual destes educandos, o lingüista encantou-se com o potencial lingüístico da então menosprezada língua de sinais (SACKS, 1998).

É possível dizer que, antes de Stokoe, “[...] nenhum lingüista tinha verdadeiramente confrontado a realidade da língua de sinais [...]” (SACKS, 1998, p. 154), pois, apesar do esforço e boa vontade de De l’ Epée e outros de sua época, não havia sido feito, até então, um minucioso estudo das estruturas lingüísticas da língua de sinais. Stokoe foi o grande responsável por alavancar o encontro de estudiosos com a língua de sinais.

O lançamento, em 1960, do seu trabalho *Sign Language Structure* abalou o mundo acadêmico voltado para este campo temático. O estudo foi “o primeiro caso de atenção séria e científica dada ao “sistema de comunicação visual dos surdos [...]” (SACKS, 1998, p. 154). Entretanto, apesar de revolucionário, o trabalho não agradou, de início, outros lingüistas e até mesmo os próprios Surdos, que não conseguiam enxergar a língua de sinais como completa em si. Afinal, a influência dos oralistas e sua imposição da fala já datava então de quase um século; anos estes que induziram tanto a Cultura Surda quanto a dos ouvintes de que a língua de sinais era limitada e superficial.

Porém, o trabalho de Stokoe abriu os olhos, com o passar dos anos, de vários outros estudiosos, como Harlan Lane, Ursula Bellugi, Bob Johnson e,

mais recentemente, o próprio Oliver Sacks e a brasileira Regina de Sá. E, graças ao trabalho de Stokoe, houve uma transformação da consciência social sobre os Surdos; além disso (e talvez mais importante ainda), os Surdos passaram a reconhecer sua língua de sinais como estrutura essencial de sua Cultura, melhorando sua própria auto-imagem, tão denegrada nos anos anteriores. Diz Sacks (1998, p. 159): “[...] os surdos sempre souberam, intuitivamente, que a língua de sinais era uma língua Mas talvez fosse preciso uma confirmação científica antes que esse conhecimento pudesse tornar-se consciente e explícito e formar a base de uma nova e arrojada consciência dos surdos sobre sua própria língua.”.

Com isso, o oralismo que imperou durante noventa e seis anos de forma exclusiva no mundo dos Surdos, começou a ruir. A língua de sinais e os próprios Surdos, até então “invisíveis” para a sociedade, começaram a aparecer para a comunidade ouvinte. A sociedade como um todo acompanhou aos poucos, a conscientização dos Surdos e de sua língua, e “crescia o senso, especificamente, de que os surdos eram um “povo”, e não apenas um punhado de indivíduos isolados, anormais, inválidos, um movimento que abandonava o ponto de vista médico ou patológico em favor do antropológico, sociológico ou étnico.” (SACKS, 1998, p. 162).

Essas mudanças, que influenciaram todo o modo de se enxergar o Surdo, sua Cultura e língua, acabaram por modificar, também, sua educação. Entretanto, o processo é bastante lento e ainda é possível encontrar o oralismo como metodologia educacional dos Surdos.

De fato, a educação de Surdos na atualidade ainda é considerada falha (inclusive pelos professores e mesmo pelos próprios Surdos). O discurso que se produz na sociedade ouvinte é, segundo Nídia Regina (2006, p. 170), que “os sucessos são creditados ao ouvinte, mas a “desgraça” é creditada aos surdos, culpabilizando-os pelo “total despreparo”. O que ocorre é que são vários os motivos do fracasso educacional dos Surdos.

O principal deles é a insistência da antiga abordagem oralista dessa educação.

Oralista é a adjetivação dada àquelas abordagens que enfatizam a fala e a amplificação da audição e que rejeitam, de maneira explícita e rígida, qualquer uso da língua de sinais. (SÁ; 2006, p. 83).

Ora, sabemos que a língua de sinais é a natural dos Surdos, adquirida e reconhecida pelo cérebro como aquela que irá despertar e amadurecer seu fator cognitivo, sentimental e psicológico. A partir do momento que se nega a língua de sinais ao Surdo (e conseqüentemente sua diferença e identidade), nega-se também o acesso à informação, conhecimento e educação em si.

Ao se valorizar a oralização (“ensinar a falar”) e negar a língua de sinais, há uma “deterioração marcante no aproveitamento educacional das crianças surdas e na instrução dos surdos em geral.” (SACKS; 1998, p. 41). A educação dos Surdos, então, é planejada, desenvolvida e praticada a partir do ponto de vista do ouvinte (e sua língua) e sua tentativa de “normalizar” o surdo.

[...] se costuma enfatizar que a dificuldade no uso da língua de sinais no sistema educacional reside no fato de esta *língua não ser a língua dos professores*. Mas o questionamento deve vir exatamente por via contrária: são os professores ouvintes que não conhecem a língua dos alunos surdos. (SKLIAR apud SÁ, 2006, p. 135).

Então, quando ocorre o “fracasso” escolar, nunca se questiona o método de ensino e o projeto pedagógico, que corre contra a natureza do próprio Surdo. O que se põe em questão é a “falha” do Surdo como aluno, e esta é a prática do discurso clínico – terapêutico: o Surdo é lento, atrasado, inferior, deficiente. Entretanto, o que ocorre realmente é o despreparo do professor ouvinte em atender a educação dos Surdos – e este despreparo dos

docentes é outro forte motivo do “fracasso” escolar dos Surdos -, pois sabemos que não há um déficit cognitivo, e sim *diferença*. Quando não se exploram tais diferenças (cognitivas, lingüísticas e culturais) em prol de um benefício, ocorre a negação, a exclusão e o preconceito.

A solução encontrada para esta situação foi a implementação da educação bilíngüe, ou seja, uma educação que respeita e considera a língua particular dos Surdos – e conseqüentemente respeita o Surdo como *sujeito* desta linguagem – como primeira língua (L1) e que proporciona o aprendizado da Língua Portuguesa (leitura e escrita) como segunda língua (L2) ao aluno Surdo.

A valorização da língua de sinais não foi o único avanço educacional desta nova abordagem: a presença do instrutor Surdo (ou intérprete da língua de sinais) na sala de aula é uma explícita evolução desta educação. Através do contato com o adulto Surdo, o aluno Surdo terá acesso à Cultura Surda, colaborando, assim, com a construção de sua identidade e com seu desenvolvimento lingüístico. Diz Santana (2007): “O que ocorre é que, na interação entre surdos que usam a língua de sinais, surgem novas possibilidades de compreensão, de diálogo e de aprendizagem (...)” (p. 41).

Essa educação bilíngüe, na língua natural dos Surdos, que promove a integração entre a criança Surda e o adulto Surdo, que proporciona ao aluno Surdo não apenas a imersão na Cultura Surda e uma educação plena, mas também o aprendizado da Língua Portuguesa em sua forma escrita, é considerada ideal, pois é planejada visando às características, diferenças e interesses educacionais e sociais do Surdo. “Não se pode pensar a educação do ponto de vista de quem planeja sem oferecer escuta para os grupos aos quais a educação supostamente se destina.” (SÁ; 2006, p. 104).

Porém ainda é possível encontrar inúmeras instituições educacionais que trabalham com a pedagogia oralista, desvalorizando a língua de sinais e as peculiaridades dos Surdos:

A pedagogia tradicional para surdos, que ainda hoje se arrasta, não considerou sua diferença, língua, cultura e identidade; por supervalorizar a voz, negou-lhes a vez. (SÁ; 2006, p. 21 / 22).

A abordagem clínica – terapêutica com sua visão “normalizadora” e oralista, que exclui e nega o Surdo, ainda reina nos discursos sociais, gerando preconceito e impedindo a formação cultural destes, assim como também sua plenitude educacional. O desrespeito à sua identidade, língua, cultura e fator cognitivo nega-lhe não só a possibilidade à diferença, mas também ao saber, conhecimento, poder social e cidadania.

CAPÍTULO III

A DOCÊNCIA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Observamos, através dos estudos realizados nos capítulos anteriores, que o Surdo é um ser visual, com suas diferenças linguísticas, culturais, identitárias e educacionais. Além disso, que o Surdo não é uma preocupação do âmbito clínico/terapêutico, e sim do campo cultural/linguístico.

Foi possível observar, também, que a história do Surdo é uma história de luta pelos seus direitos de *ser* Surdo, membro constituinte de uma comunidade específica, que tem como pilar central sua língua visuo-espacial. Entretanto, essa história, que vivenciou tantas conquistas (como a revolução educacional de De l' Epée), enfrentou um retrocesso, graças à incompreensão dessas diferenças por parte do ouvinte, no Congresso de Milão de 1880. Em sua história recente, como consequência dos estudos linguísticos de Stokoe na década de 1960, a situação dos Surdos começou a encontrar melhorias, mesmo que muito lentamente.

Veremos a seguir como ocorreu essa evolução social, educacional, cultural e, principalmente, linguística, no Brasil contemporâneo. O estudo dessa evolução é de extrema relevância para entrarmos nos estudos dos direitos à cidadania dos Surdos e da importância da docência de LIBRAS no ensino superior, sendo este último o foco principal deste trabalho.

3.1 – O Surdo e a Língua de Sinais no Contexto Nacional

Conforme visto no capítulo anterior, tanto os benefícios da revolução educacional de De l' Epée quanto os prejuízos educacionais, culturais e linguísticos causados pelos “oralistas” e seu Congresso de Milão de 1880,

influenciaram fortemente o Brasil. O principal benefício no Brasil foi, certamente, a já citada fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

O instituto é, atualmente, o centro de referência nacional na área da surdez, realizando vários e importantes trabalhos de pesquisa e assessoria técnica no campo da educação, cultura e língua dos Surdos. Além de divulgar informações essenciais do campo da surdez por meio da produção e publicação de periódicos e revistas de cunho teórico e científico, o INES também realiza a preservação e a manutenção de documentos históricos, como cita Novaes (2010, p. 51) *“O registro mais remoto brasileiro da Língua Brasileira de Sinais é do ano de 1875, produzido pelo aluno do Instituto (INES), Flausino José da Gama, intitulado ‘Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos’ [...]”*.

Além disso, o instituto promove o desenvolvimento geral da pessoa Surda, desde a educação, até seu envolvimento com artes, esporte e inserção no mercado de trabalho. Segundo seu site, o INES, que é órgão do Ministério da Educação,

[...] tem como missão institucional a produção, o desenvolvimento e a divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos na área da surdez em todo o território nacional, bem como subsidiar a Política Nacional de Educação, na perspectiva de promover e assegurar o desenvolvimento global da pessoa surda, sua plena socialização e o respeito às suas diferenças. (www.ines.gov.br, acessado em 02/10/11)

Entretanto, assim como no resto do mundo, os Surdos brasileiros sofreram as consequências do Congresso de Milão de 1880. O impacto maior foi – além da desvalorização de sua Cultura e língua – em sua educação. A preocupação passou a ser, ao invés de linguística e/ou cultural,

clínica/terapêutica, com a presença de fonoaudiólogos (as) nas escolas, leitura labial, entre outras metodologias que partem apenas do ponto de vista dos ouvintes. Essas consequências negativas do Congresso de Milão, que os Surdos foram os únicos a sofrerem, se prolongam até os dias de hoje, causando a falsa crença de que o Surdo é doente, defeituoso; conceitos estes que se fixaram no senso comum da sociedade brasileira (SÁ, 2006).

Porém, o Brasil também colheu os louros da revolução linguística, acarretada pelos estudos sobre a língua de sinais realizada por Stokoe na década de 1960. Assim, os Surdos brasileiros começaram, nas últimas décadas, a retomar seu espaço, conquistado arduamente no passado anterior ao Congresso de Milão. A principal conquista dos Surdos do Brasil foi, certamente, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como uma das línguas oficiais do país.

Segundo a Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002, em seu art. 1º, parágrafo único, a LIBRAS é:

[...] a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundas de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (www.planalto.gov.br, acessado em 17/11/2011)

Mas para haver o reconhecimento da LIBRAS como tal, houve um longo e árduo caminho. Segundo Sá (2006),

[...] nos debates da Comissão Educação, Cultura e Desporto, os quais antecederam a redação do texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, foi consenso geral que tanto a língua de sinais como as línguas indígenas deveriam ser consideradas no texto da Constituição como línguas

maternas, e que a abordagem educacional, para as duas comunidades, deveria ser o bilinguismo. (p. 134)

Entretanto, apesar da preocupação demonstrada, nada fora realizado em benefício dos Surdos e sua língua visual. Na redação final do texto da Constituição, apenas as comunidades indígenas foram atendidas no contexto linguístico/educacional (SÁ, 2006).

Assim, os Surdos brasileiros esperaram quase duas décadas para enxergar uma evolução palpável em sua situação social, cultural e linguística. Após anos de esforços de Surdos, pais de Surdos, professores e profissionais do campo da surdez, a Lei nº 10436 foi aprovada, em 24 de abril de 2002. A lei, conhecida como “Lei de LIBRAS”, além de reconhecer a LIBRAS como meio oficial de comunicação da comunidade Surda, também garante a difusão da língua através do poder público e empresas concessionárias de serviços públicos (www.planalto.gov.br, acessado em 17/11/11).

Além deste reconhecimento linguístico, a lei também destaca dois pontos cruciais: a saúde e a educação. Em seu art. 3º, a lei garante aos Surdos atendimento e tratamento adequado, por meio das instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde; enquanto que o art. 4º da mesma garante, através do sistema educacional federal, estadual e municipal, a:

[...] inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente. (www.planalto.com.br, acessado em 17/11/2011)

Em 22 de dezembro de 2005, a “Lei de LIBRAS” foi regulamentada pelo Decreto nº 5626. O artigo 22 do decreto determina a inclusão de alunos Surdos em escolas regulares, com a presença de intérprete de LIBRAS na sala de aula. Diz Novaes (2010, p. 74) sobre o parágrafo 1º, art. 23 do Decreto: “Afirma [...] a necessidade de se proporcionar aos professores o acesso à literatura e às informações sobre as especificidades lingüísticas dos alunos surdos.”. Com isto, conclui-se que não basta ao professor saber a língua de sinais, e sim *como* usá-la. Continua Novaes (2010, p. 74): “Isto significa que os professores necessitam ser capacitados em relação ao contexto histórico e social da Língua Brasileira de Sinais, e não somente saber utilizá-la.”.

Após a formulação da Lei nº 10436, de 2002, e sua regulamentação através do Decreto nº 5626, em 2005, a vida dos Surdos no Brasil deveria, teoricamente, melhorar, no seu âmbito educacional, social e jurídico; a sociedade deveria começar a compreender as diferenças dos Surdos e de como o acesso à informação, cultura geral, direitos básicos de um indivíduo Surdo e direito à cidadania do mesmo devem partir de tais diferenças. Entretanto, infelizmente, na prática, vemos com muita dificuldade a melhoria na vida do Surdo brasileiro. Ainda encontramos um acesso à educação, saúde, informação, conhecimento e outras necessidades básicas da vida social de um cidadão, quase que completamente controlado e manipulado por ouvintes, tendo como ponto de vista apenas o interesse destes, impedindo ou dificultando o acesso dos Surdos.

A falta de assistência e apoio para acesso às tais necessidades citadas acima, e que são garantidas por lei aos Surdos, causada por uma dificuldade de compreensão das diferenças dos Surdos por parte dos ouvintes, está fortemente interligada ao tema central deste trabalho: a importância da docência de LIBRAS no ensino superior. Ambos os assuntos serão abordados de forma mais aprofundada a seguir.

3.2 – A Docência de LIBRAS no Ensino Superior e o Direito do Surdo à Cidadania

O conceito de direitos humanos fundamentais é, segundo Moraes (2006), o:

[...] conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano que tem por finalidade básica o respeito a sua dignidade [...] por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal, e o estabelecimento de condições mínimas de vida [...]. (p. 21)

É possível compreender, então, que é garantido pelo governo a dignidade de cada cidadão, que se dá pelo estabelecimento das necessidades básicas de vida, como, por exemplo, educação e saúde.

Se analisarmos a Lei nº 10436, a “Lei de LIBRAS”, em seu artigo 4º, há a garantia da inclusão nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia e de Magistério em nível superior, do ensino da LIBRAS como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Segundo Pereira (2008, p. 78): “De um modo geral as Universidades [...] têm desenvolvido concepções positivas sobre o ensino de LIBRAS e aceitado desafios de implementar para os alunos surdos contextos inclusivos bilíngues.”.

Entretanto, apesar do comprometimento das instituições de ensino no nível superior para com a Língua Brasileira de Sinais e a sua docência, apenas ensinar LIBRAS não é o bastante. Sabemos que uma língua está implicitamente ligada com a história, cultura e experiências de um povo – neste caso, os Surdos. Assim, ensinar a Cultura Surda seja, talvez, tão essencial quanto ensinar a língua de sinais. Porém, para a pesquisadora Pereira (2008, p. 79), “[...] a cultura surda está sendo considerada apenas nas instituições que contrataram professor surdo.”. Sendo assim, compreende-se que a Cultura

Surda apenas pode ser transmitida de forma completa por quem está integralmente inserida nesta – o próprio Surdo.

Outro fator falho, além da falta da Cultura Surda, no ensino de LIBRAS é a ausência da interdisciplinaridade que esta encontra nas instituições de ensino superior: “O currículo constitui um grande problema para alguns cursos de Letras, Pedagogia e Fonoaudiologia. A língua de sinais é introduzida como uma disciplina isolada, não tendo apoio didático de outras.” (PEREIRA, 2008, p. 73). Esta situação, que praticamente impera nas Universidades e instituições de ensino superior no Brasil, torna o ensino de LIBRAS descontextualizado, o que muito prejudica o processo de ensino/aprendizagem desta língua.

Apesar de todos os problemas citados acima, é possível dizer que a “Lei de LIBRAS” está sendo aplicada, quanto ao seu artigo 4º; a disciplina de LIBRAS entrou, de forma definitiva, na grade curricular das instituições de ensino superior em cursos de formação de Fonoaudiologia, Educação Especial e Magistério. Entretanto, não podemos dizer o mesmo quanto à aplicação do art. 3º da mesma lei.

De acordo com o art. 3º da Lei 10436, de 2002, o Surdo tem direito a atendimento e tratamento *adequado*, por meio de instituições públicas e concessionárias de serviço público de assistência à saúde, como já dito anteriormente. Entretanto, infelizmente, não encontramos com muita facilidade este citado atendimento adequado aos Surdos nas instituições responsáveis pela saúde pública. Diz Novaes (2010),

Para que este direito de assistência à saúde seja exercido proficuamente, é necessário que os agentes públicos da área da saúde consigam se comunicar com todos os usuários [...] e de forma isonômica, igualitária. (p. 126)

Se compreendermos, com Atkinson e Murray (1989, *apud* NOVAES, 2010, p. 125), que mais de 70% das funções de um (a) enfermeiro (a) são voltados para a comunicação com os pacientes (como, por exemplo, entrevistas, anotações em prontuários, dentre outros), podemos visualizar mais facilmente como o atendimento ao Surdo é prejudicado, pois:

[...] a comunicação é um instrumento essencial para o desenvolvimento das atividades de todos os profissionais da saúde. Ela é o instrumento mais importante entre os quais estes profissionais possuem. A partir dela, todo o atendimento se processa. Sua qualidade afeta completamente a qualidade de serviço de saúde prestado. (NOVAES, 2010, p. 125)

Sendo a LIBRAS uma língua oriunda da comunidade Surda, originada das diferenças visuais do Surdo, pilar de sua Cultura, é a mais indicada para qualquer forma de integração social para com este indivíduo, além de garantida por lei para atendimentos à saúde pública. Para Sacks (1998), o quadro é grave no quesito de profissionais da área de saúde capacitados para atender pacientes Surdos, e que vai além de enfermeiros (as):

É difícil para um surdo, por exemplo, obter assistência médica [...] adequada; existem muitos advogados conhecedores da língua de sinais [...], mas quase nenhum médico (e, até agora, pouquíssimos paramédicos ou enfermeiras). Quase inexistem instalações de emergência adequada para surdos. Se um surdo adoecer gravemente, é fundamental imobilizar apenas um dos braços com via intravenosa; imobilizar os dois pode incapacitá-lo para comunicar-se. (p. 142)

De acordo com Sacks, então, a falta de preparo linguístico de profissionais da saúde em LIBRAS pode levar (e certamente levará) a um

precário atendimento a pacientes Surdos, que acarretará, possivelmente, no agravamento do estado de saúde deste paciente ou até mesmo, dependendo da gravidade da situação, à morte. Novaes (2010) conclui:

[...] levando em consideração as especificidades linguísticas da língua materna dos surdos brasileiros [...], é correto afirmar que a falta de profissionais de saúde habilitados [...] no atendimento do usuário surdo, afetará consideravelmente a comunicação e, por conseguinte, o serviço de saúde prestado. (p. 126)

Se compreendermos o conceito de saúde como algo muito mais amplo que a plenitude física, enxergaremos o quão grave é o quadro social do Surdo no Brasil, graças a um despreparo de diversos tipos de profissionais em atender a esse público e compreender suas diferenças linguísticas e culturais. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde é definida como “o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade.” (www.oncopediatria.org.br, acessado em 12/10/11). Como forma de complementar tal definição, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, foi elaborado outro conceito de saúde:

A saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse de terra e acesso a serviços de saúde. (www.oncopediatria.org.br, acessado em 12/10/11)

Segundo tais definições de saúde, esta não é apenas um fator físico, mas também mental, educacional e social, e que está fortemente interligada com necessidades básicas e vitais para qualquer cidadão, como lazer, trabalho, condição financeira, entre outros. Apenas valorizando-se tais

necessidades haverá um desenvolvimento integral do ser humano saudável e de sua dignidade como cidadão.

Todavia, se a situação do Surdo brasileiro já é precária quanto ao seu acesso, atendimento e tratamento adequado à saúde pública, que é garantida por lei, se analisarmos outros âmbitos de sua vida social, o quadro se mostra ser tão ruim quanto ou até mesmo pior. Se o número de médicos, enfermeiros e outros profissionais do campo da saúde física, habilitados a atender o público Surdo é mínimo, a quantidade de psicólogos, advogados, bibliotecários, museólogos, administradores, engenheiros e inúmeros outros tipos de profissionais essenciais para o bom funcionamento da sociedade, que sejam usuários da LIBRAS e compreendam a Cultura Surda é ínfimo ou quase nulo.

Esta situação é compreensível ao analisarmos o Decreto 5626, em seu Capítulo II, artigo 3º, parágrafo 2º, que diz: “A LIBRAS constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional [...]” (www.planalto.gov.br, acessado em 17/11/11). Ao enxergarmos a situação do Surdo sob a corrente linguística/cultural, é de fácil observação de como, infelizmente, o governo (e quiçá a sociedade de uma forma geral) ainda vê o Surdo sob a ótica clínica/terapêutica. Ao valorizar a Fonoaudiologia na elaboração da Lei nº 10436, de 2002, vemos que o Surdo ainda é considerado como um “doente”, algo a ser “consertado”, sendo sua língua desvalorizada, em comparação com o meio de comunicação oral. Em contrapartida, outras carreiras, que formam profissionais de suma importância para os Surdos (e para qualquer outro cidadão) foram esquecidas pela lei e pelo governo.

Garantir, pela lei, saúde e educação adequada aos Surdos (que, na prática, ainda são falhas) não garante uma total dignidade de vida e de direitos humanos fundamentais a este. Como diz Caruba (2010):

Sem dúvida, sentir-se um estrangeiro dentro do seu próprio país é uma experiência muito difícil e dolorosa. Esse é o sentimento vivido por muitos surdos não oralizados. Entretanto, esta situação tende a se modificar, à medida que as pessoas de diversos segmentos sociais se dispuserem a conhecer a Língua de Sinais da comunidade surda, desmistificando e contrariando a falsa lógica que diz que as minorias, obrigatoriamente, devem adaptar-se à maioria. (p. 71)

Para modificar o atual quadro social dos Surdos do Brasil, que é, apesar das melhoras nos últimos anos, muito ruim, é necessária uma mudança na “Lei de LIBRAS”. Esta lei, atualmente, torna a docência da Língua Brasileira de Sinais obrigatória apenas para Fonoaudiologia e Magistério e optativa para as demais carreiras, e é necessário que seja obrigatória aos outros cursos, que passariam a formar, então, profissionais aptos a lidar com o público Surdo e, assim, fariam com que estes tivessem uma vida mais digna em nossa sociedade.

Para haver mudanças na Lei nº. 10436, que não abrange todas as necessidades sociais do Surdo e, conseqüentemente, mudar também as regras de implementação da disciplina de LIBRAS no ensino superior no Brasil, há, primeiramente, a necessidade da mudança na forma de se enxergar o Surdo; a sociedade ainda é fortemente influenciada pelo oralismo e tende a encarar o Surdo como “algo a ser consertado”. Quando a sociedade compreender mais profundamente as diferenças linguísticas e culturais do Surdo – e como tais diferenças são vitais para a construção da identidade do mesmo -, entenderá a importância da docência de LIBRAS no ensino superior e da formação de profissionais aptos a trabalhar com Surdos, para melhor dignidade destes. E essa compreensão será um passo importante para a mudança da “Lei de LIBRAS” e, assim, garantir um melhor padrão de vida para o cidadão Surdo.

Para melhor compreensão da gravidade do quadro social do Surdo brasileiro e da falta de profissionais aptos a se comunicar com tais cidadãos com peculiaridades linguísticas e culturais – quadro este que é, em grande parte, causado pela ausência da disciplina LIBRAS na grade curricular de inúmeras carreiras do ensino superior -, vamos analisar, a seguir, a importância da Universidade Gallaudet, localizada nos EUA. Veremos como tal instituto de ensino superior é valoroso para os Surdos locais, em seu âmbito social, cultural e linguístico.

3.3 – O Modelo Sócio-Educacional da Universidade Gallaudet

Quando Laurent Clerc e Thomas Gallaudet fundaram, em 1817, o American Asylum, em Hartford, a primeira escola específica pra Surdos nos Estados Unidos, não tinham, provavelmente, consciência da dimensão que tal instituição iria tomar, muitos anos mais tarde. Em 1857, Edward Gallaudet, filho do co-fundador Thomas Gallaudet, iniciou sua luta para tornar a instituição em uma faculdade com patrocínio federal. Em 1864, obteve sucesso e foi fundada o que hoje é conhecida como Universidade Gallaudet (SACKS, 1998).

A Universidade, que foi inaugurada no auge da revolução educacional de De l' Epée e também sofreu as retaliações dos oralista após o Congresso de Milão de 1880, se tornou o centro das atenções quando Stokoe a visitou em 1955 e realizou seus valorosos estudos sobre a língua de sinais. A partir de então, a Universidade Gallaudet transformou-se no centro de referência mundial nos estudos linguísticos, educacionais e, principalmente, culturais dos Surdos.

De acordo com Sacks (1998, p. 138), “Gallaudet é a única faculdade de ciências humanas para surdos do mundo [...]”. Isto torna a Universidade um importante centro cultural e social *dos* Surdos e *para* os Surdos. Com a interação diária entre alunos e professores Surdos, há uma valorização poderosa da língua de sinais e da Cultura Surda, que, conseqüentemente, os

fortalece para lutar por seus direitos e dignidade social, pois “grupos com identidades cultural e social definidos adquirem força de ação social.” (PEREIRA, 2008, p. 25). Um ótimo exemplo da força social dos Surdos desta instituição é a revolução estudantil, realizada em março de 1988, na Universidade Gallaudet.

O motivo da revolução estudantil foi a exigência de um reitor Surdo, que compreendesse as diferenças dos alunos Surdos; em seus 124 anos de existência, a instituição nunca teve um reitor Surdo. Dias antes da última eleição para selecionar candidatos à reitoria da época, três mil alunos Surdos se reuniram no Gallaudet para demonstrar sua preferência por um reitor Surdo ao corpo diretivo da instituição. No dia 6 de março de 1988, o corpo diretivo escolheu Elisabeth Ann Zinser, a candidata ouvinte, em lugar dos outros dois finalistas Surdos (SACKS, 1998).

Em resposta à escolha de Zinser como a nova reitora, milhares de estudantes, professores e funcionários da instituição fecharam a Universidade e fizeram uma barricada ao redor do campus. Os manifestantes reivindicavam: nomeação imediata de um reitor Surdo; renúncia imediata da presidente do corpo diretivo, Jane Bassett Spilman, que, segundo Sacks (1998, p. 146), “[...] ocupou o cargo por sete anos sem aprender praticamente nada da língua de sinais [...]”; maioria de membros Surdos no corpo diretivo; e que não houvesse represálias ao ato estudantil (SACKS, 1998).

O “levante” estudantil, apesar de silencioso, era enfático e determinado. E, após uma semana, os Surdos da Universidade Gallaudet colheram os louros de suas reivindicações. Após nove horas de reunião, o corpo diretivo nomeou King Jordan, um Surdo, sub-reitor da Faculdade de Artes e Ciências, o novo reitor da Universidade Gallaudet. Diz Sacks (1998) sobre a atual situação da instituição:

[...] já se iniciam no Gallaudet todo tipo de mudança: administrativas, educacionais, sociais, psicológicas. Mas o que mais se evidencia a essa altura é a postura muito diferente dos estudantes, a qual transmite um novo e totalmente desinibido senso de prazer e justificação, de confiança e dignidade. (p. 173)

Esta vitória da Comunidade Surda sobre a cultura ouvinte imposta a estes indivíduos comprova-nos o quão importante é tal Universidade para a Cultura Surda. Porém, sua importância é também social. Por meio da Universidade Gallaudet, inúmeros profissionais de várias carreiras diferentes são (e serão) formados, inseridos na Cultura Surda e cientes de suas diferenças linguísticas e identitárias, habilitados a trabalhar com seus pares, possibilitando melhor qualidade de vida aos próprios na sociedade.

Para o Brasil alcançar tal realidade social, cultural e educacional, há ainda um longo caminho. Enquanto a sociedade brasileira ainda for influenciada pela cultura clínica/terapêutica, o avanço cultural e sócio-educacional do Surdo será praticamente inviável. Indaga Sacks (1998):

Será que nós, os ouvintes, concederemos a eles [...] oportunidades? Permitiremos que sejam eles próprios, uma cultura singular em nosso meio, e ainda os aceitaremos como co-iguais, em todas as esferas de atividades? (p. 173)

É fato que a Lei nº 10436, de 2002, e o Decreto 5626, de 2005, foram por si só, um avanço social para os Surdos, porém, são limitadas em sua abrangência para atender as necessidades sociais destes. Uma maior demanda de profissionais aptos a se comunicar com os Surdos e compreender suas diferenças (para colocar em prática o que é garantido por lei – a dignidade humana) é urgente. Para isso ocorrer, é inadiável mudanças na “Lei

de LIBRAS” sobre o ensino da língua de sinais no ensino superior, que a torne disciplina obrigatória a todas as carreiras acadêmicas.

O primeiro passo a ser dado para alcançar este objetivo é a mudança da forma de enxergar o Surdo e suas diferenças. O caminho para alcançar as transformações e a melhoria de vida dos Surdos é longo e trabalhoso, que requer reflexão e esforço da sociedade como um todo. Os direitos sociais e a dignidade do Surdo é uma questão de solidariedade, respeito e, principalmente, humanidade de todos nós.

CONCLUSÃO

No presente trabalho, houve uma tentativa de vincular as diferenças linguísticas e culturais do Surdo, juntamente com sua história de lutas e esforços à importância da docência de LIBRAS – a língua de sinais brasileira – no ensino superior e à preparação de profissionais aptos a se comunicar e trabalhar com Surdos, no âmbito brasileiro.

Inicialmente, houve a necessidade de estudar a língua de sinais. Através dos estudos de Oliver Sacks (1998), foi possível observar que a língua de sinais é reconhecida pelo cérebro humano como uma língua completa e independente, podendo ser utilizada pelo Surdo para expressar seus pensamentos mais profundos, sentimentos, emoções e anseios. Esta língua, que apresenta características visuais e espaciais, é considerada a natural dos Surdos, adequada para o fator cognitivo do Surdo, fortemente baseado em seu sentido visual.

Tendo isso em vista, foi possível compreender o Surdo como um ser visual, com uma língua, um fator cognitivo, uma inteligência e fala interna visuais, diferentes das do ouvinte. Essas diferenças serão a base da construção da identidade do Surdo, como um indivíduo diferente e ciente de suas diferenças.

Após a compreensão do que representam a língua de sinais e as diferenças do Surdo, houve um breve estudo sobre a Cultura Surda. Vimos que a antiga visão clínica – patológica que enxerga o Surdo como deficiente e inferior, que tenta “normalizá-lo” ou torná-lo ouvinte e que não valoriza sua língua de sinais, ainda perdura até os dias de hoje. Porém, graças aos avanços dos estudos lingüísticos e culturais, o Surdo, aos poucos, passa a ser visto como diferente e a narrar-se dessa forma. Esta autonarração gera uma Cultura

Surda, que propaga a língua, história e desejos do Surdo, além de criar forças para lutar pelos seus direitos lingüísticos e sociais.

Compreendendo estes pontos importantes do mundo Surdo, foi analisada a história dos Surdos, com ênfase em três momentos marcantes. O primeiro foi a revolução educacional promovida, inicialmente, pelo Abade De l' Epée, na França, no século XVIII, que iniciou a educação de Surdos por meio da língua de sinais; metodologia esta que se espalhou pelo mundo. O segundo momento foi o retrocesso educacional, social e cultural que os Surdos passaram após o Congresso de Milão de 1880, no qual ficou decidida a eliminação da língua de sinais no processo educacional dos Surdos, o que acarretou uma quase destruição da cultura e da identidade dos Surdos. O terceiro momento, ocorrido no final do século XX, foi a revolução lingüística de Stokoe, linguista que estudou a língua de sinais de forma profunda e, com isso, desencadeou uma revolução social e cultural do Surdo pelo mundo inteiro.

Essa mudança de conceituação sobre o Surdo, causado pelos estudos de Stokoe, influenciou em várias áreas sociais, como a educação, por exemplo. Vimos com Nídia Regina de Sá (2006) e outras autoridades no assunto, que, apesar da antiga metodologia oralista ainda sobreviver nos dias de hoje (que supervaloriza a língua oral e desconsidera a de sinais e as diferenças culturais do Surdo), o bilinguismo é a metodologia ideal, pois além de utilizar a língua de sinais como primeira língua, respeita as diferenças culturais e cognitivas do Surdo e proporciona o letramento da Língua Portuguesa como segunda língua a este.

Considerando as diferenças dos Surdos e sua história, foi realizado um estudo sobre a situação destes no âmbito nacional. Vimos que o Brasil, como o resto do mundo, colheu os louros das revoluções de De l' Epée e de Stokoe, como também sofreu as conseqüências do Congresso de Milão. A criação do INES e a formulação da Lei nº 10436, que reconhece a LIBRAS como língua

oficial do Brasil e concede direitos educacionais e sociais aos Surdos, são exemplos da evolução da situação social do Surdo brasileiro.

Com isso, verificamos que a “Lei de LIBRAS” não é abrangente o bastante para alcançar todas as necessidades sociais do Surdo. A formação de profissionais de diversas áreas que sejam fluentes em LIBRAS é ínfima, fazendo com que os Surdos brasileiros não alcancem plena dignidade de vida em nossa sociedade. A cultura clínica/terapêutica ainda impera em nossa sociedade, causando a formulação de uma lei limitada, que torna obrigatória a disciplina LIBRAS apenas para Fonoaudiologia e Magistério, e opcional para demais carreiras. Além disso, vimos que para se mudar a lei e promover a formação de outros tipos de profissionais aptos a trabalhar com os Surdos, é necessário, antes de tudo, mudar a forma de se enxergar o Surdo e suas diferenças.

Por último, houve uma breve análise da Universidade Gallaudet, nos Estados Unidos. A instituição de ensino superior é específica para Surdos e referência mundial como tal, além de ser o centro social e cultural dos Surdos no país. Um exemplo da importância social de tal faculdade para os Surdos foi a revolução estudantil realizada em prol de um reitor Surdo; a faculdade reforça a Cultura Surda, aumentando o poder social destes, além de formar inúmeros profissionais habilitados a trabalhar com Surdos, devendo ser um modelo educacional e social para outros países, como o Brasil.

É necessário ressaltar que as pesquisas realizadas para a elaboração deste trabalho seguiram o viés dos estudos culturais dos Surdos, que é apenas um dos caminhos que podem ser trilhados. Com isso, este trabalho não tem a intenção de criar verdades absolutas sobre os temas abordados, mas sim colaborar com os estudos culturais e linguísticos dos Surdos no campo educacional, assunto este que pode ser mais aprofundado em trabalhos futuros.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CAMPBELL, Selma Inês. Múltiplas Faces da Inclusão. Rio de Janeiro: WAK Ed., 2009.
- FERNANDES, Romulo Coelho. LIBRAS e Arte: Uma Fusão Cultural. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade CCAA – Curso de Letras – Português – Inglês, 2010.
- SILVA, Graça Maria. Inclusão da pessoa surda: A arte e os mitos como possibilidade mediadora. Revista Espaço: Informativo Técnico – Científico do INES. Rio de Janeiro, v. semestral, n. 29, p. 80 – 85, jan. / jun. 2008.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. KOJIMA, Catarina Kiguti. LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais: a imagem do pensamento. São Paulo: Editora Escala, 2008.
2. MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais: Teoria Geral, Comentários aos Arts. 1º ao 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, Doutrina e Jurisprudência. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.
3. NOVAES, Edmarcius Carvalho. Surdos: Educação, Direito e Cidadania. Rio de Janeiro: WAK Ed., 2002.
4. PEREIRA, Teresina de Lourdes. Desafios de Implementação do Ensino de LIBRAS no Ensino Superior. Ribeirão Preto, SP: CUMML, 2008. 94 p. Dissertação (Mestre em Educação). Centro Universitário Moura Lacerda.
5. PIZARRO PORTILLA, María Paz. A Espanha da multiculturalidade e o ensino-aprendizagem do espanhol como língua estrangeira. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010. 172f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
6. SÁ, Nídia Regina Limeira de. Cultura, Poder e Educação de Surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.
7. SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos. 6 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
8. SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.

WEBGRAFIA

- www.ines.gov.br. Acesso em 02 out 2011.
- www.planalto.gov.br. Acesso em 17 out 2011.
- www.oncopediatria.gov.br. Acesso em 12 out 2011.

ÍNDICE

FOLHA DE ROSTO	2
AGRADECIMENTOS	3
DEDICATÓRIA	4
RESUMO	6
METODOLOGIA	7
SUMÁRIO	8
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	
REFLEXÕES SOBRE O SURDO: LÍNGUA, IDENTIDADE E CULTURA	11
1.1 – A Língua de Sinais e a Construção da Identidade Surda	11
1.2 – A Cultura Surda	16
CAPÍTULO II	
O CONTEXTO EDUCACIONAL DAS LÍNGUAS DE SINAIS: EVOLUÇÃO HISTÓRICA	21
2.1 – Das Raízes à Evolução Educacional do Abade De l'Epée	21
2.2 – O Congresso de Milão de 1880 e suas Conseqüências	24
2.3 – Os Estudos Linguísticos de Stokoe e a Educação de Surdos na Atualidade	26
CAPÍTULO III	
A DOCÊNCIA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	32
3.1 – O Surdo e a Língua de Sinais no Contexto Nacional	32
3.2 – A Docência de LIBRAS no Ensino Superior e o direito do Surdo à Cidadania	37
3.3 – O Modelo Sócio-Educacional da Universidade Gallaudet	43
CONCLUSÃO	47
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	50

BIBLIOGRAFIA CITADA	51
WEBGRAFIA	52
ÍNDICE	53